



**RELATÓRIO ANUAL
DA SECRETARIA DE
TELECOMUNICAÇÕES
2022**



RELATÓRIO ANUAL DA SECRETARIA DE TELECOMUNICAÇÕES 2022

Texto

Adriano Augusto do Couto Costa	Júlia de Melo Costa
Agostinho Linhares de Souza Filho	Luiz Coimbra Barbosa
Cristina Letiele Borges Figueredo Otsuka	Luiz Henrique de Andrade Gadelha
Daniel Brandão Cavalcanti	Marcelo Leandro Ferreira
Daniela Naufel Schettino	Marcel Fleury Pinto
Danilo Morais Soares	Marcelo Romão Manhães de Azevedo
David de Oliveira Penha	Marcus Vinícius Galletti Arrais
Fernando Cezar Cysne Furquin	Maximiliano Salvadori Martinhão
Guilherme Maciel Camioto	Nathalia Almeida de Souza Lobo
Gustavo André Fernandes Lima	Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo
Hélio Maurício Miranda da Fonseca	Rafael Cardoso Reis
Hugo Monteiro Jácome	Renato Gomes Alves de Oliveira
Jane Braga Pinto Pedroso	Vagner de Carvalho Costa
Jansle Adalberto Santana de Sousa	Wilson Diniz Wellish

Diagramação

ASCOM/MCOM



Sumário

RELATÓRIO ANUAL DA	1
SECRETARIA DE TELECOMUNICAÇÕES 2022	2
COMPETÊNCIAS.....	4
ESTRUTURA E FORÇA DE TRABALHO.....	5
CONECTA BRASIL	6
MAPA DE CONECTIVIDADE.....	7
NORDESTE CONECTADO.....	8
PROGRAMA AMAZÔNIA INTEGRADA SUSTENTÁVEL (PAIS)	11
SUSTENTABILIDADE.....	13
PROGRAMA INTERNET BRASIL	14
INSTRUMENTOS DE PARCERIA	15
WI-FI BRASIL (GESAC)	16
PROGRAMA COMPUTADORES PARA INCLUSÃO.....	17
ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DO 5G.....	19
REVISÃO DO SEAC	20
FUNDO DE UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES - FUST	21
ARBITRAGENS.....	22
ATIVIDADES INTERNACIONAIS	23
PROJETOS PRIORITÁRIOS EM INFRAESTRUTURA NO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES	24
APOIO A PROJETOS DE PESQUISA E INOVAÇÃO	25
PROGRAMA DE GESTÃO.....	26
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	27
PRÓXIMAS CONQUISTAS.....	28

COMPETÊNCIAS

Conforme Seção II do [Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023](https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mcom-n-3.525-de-3-de-setembro-de-2021-343301517), dos órgãos específicos singulares, <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mcom-n-3.525-de-3-de-setembro-de-2021-343301517> compete à Secretaria de Telecomunicações:

- I - propor políticas, objetivos e metas relativos à cadeia de valor das telecomunicações;
- II - propor e supervisionar programas, projetos, ações e estudos relativos à cadeia de valor das telecomunicações;
- III - acompanhar as atividades da Anatel relativas a políticas públicas instituídas no âmbito do Poder Executivo federal;
- IV - propor a regulamentação e a normatização técnica para a execução dos serviços de telecomunicações;
- V - estabelecer normas, metas e critérios para a expansão dos serviços de telecomunicações e acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas;
- VI - definir normas e critérios para alocação de recursos destinados ao financiamento de projetos e de programas de expansão dos serviços de telecomunicações;
- VII - planejar, coordenar, supervisionar e orientar as atividades, os estudos e as propostas para a expansão de investimentos, de infraestrutura e de serviços na cadeia de valor das telecomunicações;
- VIII - apoiar a implantação de medidas destinadas ao desenvolvimento tecnológico do setor de telecomunicações;
- IX - apoiar a supervisão da Telebras e de suas subsidiárias;
- X - promover, no âmbito de sua competência, interação com organismos nacionais e internacionais; e
- XI - apoiar a gestão dos Conselhos Gestores do Fust e do Funttel.

ESTRUTURA E FORÇA DE TRABALHO

A Secretaria de Telecomunicações abrange o Gabinete, três Departamentos, sete Coordenações-Gerais, sete Coordenações, três Divisões e dois Serviços.

Área	Servidores	Terceirizados	Estagiários	TOTAL
Secretaria de Telecomunicações – SETEL	1	-	-	1
Gabinete da Secretaria de Telecomunicações – GATEL	3	3	-	6
Departamento de Política Setorial – DESET	8	2	-	10
Departamento de Projetos de Infraestrutura – DEPIN	42	10	15	67
Departamento de Investimento e Inovação – DEINV	27	6	1	34
TOTAL	81	21	16	118

CONECTA BRASIL

A iniciativa Conecta Brasil agrega diversas ações para ampliar a conectividade, o acesso às tecnologias digitais e aos serviços de telecomunicações no país, tendo como instrumentos orientadores o Plano Plurianual, a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil, a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital), a Estratégia de Governo Digital, a Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas, a Política Nacional de Inovação e outros documentos do Governo Federal que contemplam a cadeia de valor das telecomunicações.

Para tanto, a SETEL atua, resumidamente, em três eixos:

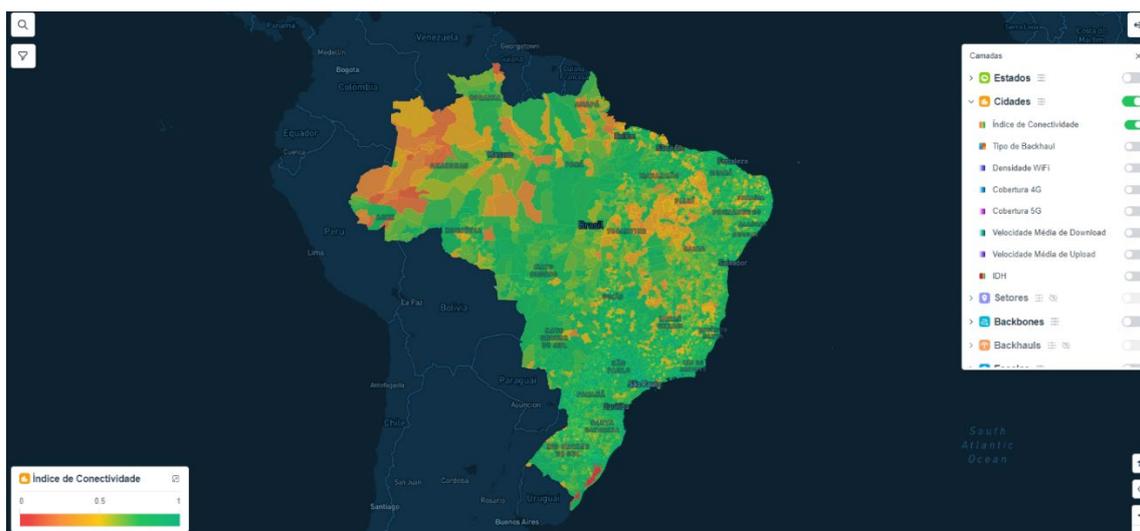
- Institucional: avaliação e revisão de normas e políticas públicas, tributação (Fust, Fistel, CFRP e Condecine).
- Infraestrutura e consumo: ampliação da conectividade para a Internet, melhoria do ambiente de negócios, incentivos ao investimento, incentivos ao consumo de serviços de telecomunicações.
- Tecnológico: fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação.

MAPA DE CONECTIVIDADE

O Projeto Mapa de Conectividade tem por objetivo apoiar o planejamento estratégico para a formulação de políticas públicas, de forma a direcionar as ações do Governo Federal para regiões deficitárias em serviços de telecomunicações. O Mapa de Conectividade utiliza uma ferramenta computacional de coleta e tratamento de bases de dados de infraestrutura de telecomunicações existentes, que permite a visualização dos níveis de conectividade no território nacional, por setor censitário.

Essa iniciativa teve grande evolução no ano de 2022, especialmente na sua interface de usuário. Foram adicionadas novas bases de dados, como as informações de conectividade das escolas. Com isso, tornou-se uma ferramenta poderosa para o planejamento das ações de inclusão digital.

Exemplificando o uso do mapa: a opção “índice de conectividade” é destacada com as cores vermelha, laranja, amarela e verde; o índice varia de 0 (conectividade baixa) a 1 (conectividade alta). No mapa é notável que a maioria das regiões têm a cor verde para conectividade adequada e um número reduzido média/baixa conectividade.



NORDESTE CONECTADO

O Nordeste Conectado objetiva implantar infraestrutura óptica no Nordeste, prevê a implantação de infraestrutura óptica para iluminação de fibras apagadas da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) para atendimento às instituições de ensino e pesquisa da região. Além disso, estão sendo construídas redes metropolitanas da iniciativa Cidades Conectadas em 20 cidades polo e implantados 40 pontos de acesso público à internet por Wi-Fi.

Em 2022 foram implantadas as redes metropolitanas dos seguintes municípios: Paulo Afonso (BA), Vitória de Santo Antão (PE), Serra Talhada (PE), Mossoró (RN) e Petrolina (PE), além de estabelecimento de parceria para utilização das redes já implantadas nos municípios de Sobral (CE), Crateús (CE), Iguatu (CE), Juazeiro do Norte (CE) e Quixadá (CE).

A construção dessas redes metropolitanas é realizada em parceria com provedores locais e regionais, que poderão utilizar parte da capacidade para disponibilizar o serviço à população, contribuindo para o aumento da oferta de serviços de conectividade. O projeto é executado pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), e prevê ainda a conexão de 62 unidades de ensino e pesquisa e, em razão de uma parceria com o Ministério da Educação (MEC), de 473 escolas urbanas.

Nordeste Conectado - Implantações 2022

Rede Troncal					
PRINCIPAIS ENTREGAS (percentuais de execução)					
PARCEIROS E CIDADES POLO		CUSTOS	% DE EXECUÇÃO	PREVISÃO CONCLUSÃO	CONCLUÍDO
Fase II	RNP	R\$ 22 milhões	84%	02/2023	
Trecho 1	Fortaleza (CE) Teresina (PI)		100%	-	12/2022
Trechos 2 e 3	Teresina (PI) Sobradinho (BA) Bom Jesus da Lapa (BA)		96%	01/2023	
Trecho 4	Bom Jesus da Lapa (BA) Salvador (BA)		90%	02/2023	

Trecho 5	Governador Mangabeiras (BA) Teixeira de Freitas (BA)		85%	03/2023	
Trecho 6	Bom Jesus da Lapa (BA) Barreiras (BA)		80%	03/2023	

CIDADES POLO ESCOPO DO PROJETO

CIDADES POLO	CUSTOS	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO	PREVISÃO CONCLUSÃO	
Sobral (CE)		100%		CONCLUÍDO
Crateús (CE)				
Iguatu (CE)				
Juazeiro do Norte (CE)				
Quixadá (CE)				
Paulo Afonso (BA)				
Vitória de Santo Antão (PE)				
Serra Talhada (PE)				
Mossoró (RN)				
Petrolina (PE)				
Redenção (CE)		85 %	04/2023	
Caruaru (PE)		75%	04/2023	
Campina Grande (PB)		65%	07/2023	
Caicó (RN)		65%	07/2023	
Feira de Santana (BA)		62%	12/2023	
Santo Antônio de Jesus (BA)		55%	12/2023	
Barreiras (BA)		55%	12/2023	
Irecê (BA)		50%	12/2023	
Parnaíba (PI)		35%	12/2023	
Juazeiro (BA)				
Parnaíba (PI)		37%	12/2023	

PROGRAMA AMAZÔNIA INTEGRADA SUSTENTÁVEL (PAIS)

O Programa Amazônia Integrada Sustentável (PAIS) objetiva expandir a infraestrutura de comunicações na Região Amazônica por meio da implantação de redes de transporte de fibra óptica, nos termos do [Decreto nº 10.800, de 17 de setembro de 2021](#).

O programa prevê a implantação de 8 infovias nos leitos dos rios Amazonas, Solimões, Branco, Madeira, Purus e Juruá, interligando 59 municípios e beneficiando 10 milhões de habitantes. Além disso, serão construídas redes metropolitanas da iniciativa Cidades Conectadas nos municípios, interligando escolas, hospitais, fóruns, organizações militares e instituições de ensino e pesquisa.

No primeiro semestre de 2022 foi finalizada a implantação da 1ª fase, denominada Infovia 00- construída com recursos do orçamento da União, com execução pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), e foi concluída em junho de 2022. A implantação transcorreu ao longo do primeiro semestre de 2022, período no qual se instalou no fundo (leito arenoso) do Rio Amazonas um cabo de fibras ópticas de alta capacidade ligando as cidades de Macapá (AP) e Santarém (PA), passando pelos municípios de Almeirim, Monte Alegre e Alenquer no Pará, às margens do rio. A infraestrutura desse tronco óptico subfluvial, que já oferta conexão de alta velocidade à população, é composta por um cabo de 48 fibras ópticas com 770 km de extensão, caixas de ancoragem de terminação; pontos de presença em datacenters modulares em contêineres; e um sistema DWDM instalado e pronto para uso, com possibilidade de até 40 canais ópticos, sendo um canal de 200 Gbps e outro de 100 Gbps já ativados. A implantação da 2ª fase, denominada Infovia 01, interligando Santarém (PA) a Manaus (AM), transcorreu ao longo do **segundo semestre de 2022 e as ramificações serão finalizadas até o fim do 1º semestre de 2023**, com recursos remanescentes do leilão de radiofrequências para a implantação do 4G. A Infovia 01 está sendo implantada pela EAD (Seja Digital), sendo que a instalação do tronco principal já foi finalizada em dezembro de 2022, onde fez-se a ligação das cidades de Santarém (AP) até Manaus (AM).

As demais infovias foram contempladas com recursos do leilão de radiofrequências para implantação do 5G, no montante de R\$ 1,3 bilhão e cuja implantação está prevista para o período de 2023 a 2026.

O Norte Conectado deve ser integrado ao Projeto Amazônia Conectada (PAC), do Ministério da Defesa. A figura abaixo demonstra as topologias de rede do Norte Conectado e do PAC.



SUSTENTABILIDADE

O [Decreto nº 10.800, de 17 de setembro de 2021](#), além de instituir o PAIS, criou também seu Comitê Gestor, que entre outras atribuições é responsável por definir os critérios de uso e compartilhamento das redes implantadas.

Por decisão do Comitê Gestor, foi definido um modelo de sustentabilidade baseado no compartilhamento das redes com o setor privado, por meio de consórcios abertos que atuarão como operadores neutros. De acordo com o modelo, cada empresa participante do consórcio poderá explorar comercialmente um par de fibra do *backbone*. O consórcio será responsável pela operação e manutenção da rede, incluindo a parte destinada à utilização do setor público.

Em 2022, as empresas participantes dos consórcios das Infovias 00 e 01 foram escolhidas após a realização de chamamentos públicos. Foram selecionadas para os operadores neutros de ambas as infovias as empresas Telefônica, Claro, Tim, V.Tal, Mobwire, Br.Digital, SEA Telecom, ICOM Telecom, Aquamar, Ozônio e Você Telecom. A empresa HTM participará apenas do consórcio da Infovia 00 e a PPLINK apenas da Infovia 01.

Com o início da operação das duas infovias pelos operadores neutros, espera-se aumento significativo na oferta de serviços de conectividade nos municípios atendidos, aumento da concorrência e, conseqüentemente, redução dos preços.

PROGRAMA INTERNET BRASIL

O Programa Internet Brasil foi instituído pela [Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022](#). Durante o ano de 2022, foram realizadas atividades para possibilitar o início da primeira fase do Programa, que, conforme [Portaria Interministerial MCOM/MEC nº 5.193, de 6 de abril de 2022](#), destinou-se a alunos integrantes de famílias inscritas no CadÚnico matriculados no Ensino Fundamental, a partir do 3º ano, ou no Ensino Médio em escolas públicas, municipais ou estaduais atendidas pelo Programa Nordeste Conectado, abrangendo os municípios de Caicó (RN), Mossoró (RN), Campina Grande (PB), Caruaru (PE), Petrolina (PE) e Juazeiro (BA).

No final do ano, foi publicada a [Portaria Interministerial MCOM/MEC nº 7.878, de 16 de dezembro de 2022](#), que permitiu agregar o teste da funcionalidade da tecnologia do chip neutro à Prova de Conceito (PoC), além de expandir o projeto-piloto escolas públicas municipais de Araguari (MG), Conceição das Alagoas (MG), Nova Serrana (MG), Prata (MG), Uberaba (MG) e Uberlândia (MG).

Assim, foram selecionadas escolas dos municípios e estados participantes da primeira fase, que poderiam indicar até 10 mil alunos a serem contemplados com os benefícios. Ao longo do período de solicitação, as escolas indicaram 6.250 alunos. Assim, foram distribuídos para as escolas o quantitativo solicitado e os chips encontram-se em ativação para o uso de 20 GB ao mês pelos alunos participantes do Programa. Ao fim de 2022, são 6.250 alunos beneficiários pelo Programa Internet Brasil em seis municípios e matriculados em 15 escolas municipais ou estaduais. O número de beneficiários será ampliado para os 10 mil alunos durante a PoC e, com a conclusão dos testes, o Programa será escalado no ano de 2023.

INSTRUMENTOS DE PARCERIA

Para os 64 instrumentos em execução em 2022 (Convênios, Termos de Execução Descentralizada e Termos de Colaboração), foram realizadas atividades de acompanhamento, aditivos, execuções financeiras e liberações de recursos no âmbito das parcerias entre o MCOM, entidades convenientes e unidades descentralizadoras.

Ainda em 2022, foram celebrados mais 7 instrumentos, sendo 2 com recursos de emendas parlamentares e 5 com orçamento próprio do Ministério, visando ampliar a rede de Centros de Recondicionamentos de Computadores em todo Brasil.

Além disso, foram assinados aditivos de 3 TEDs para a instalação de pontos do Wi-Fi Brasil (GESAC).

Essas cooperações têm os mais distintos objetivos, tais como:

- Apoio aos Centros de Recondicionamento de Computadores no âmbito do Programa Computadores para Inclusão.
- Projetos de formação para inclusão digital.
- Implantação de pontos de inclusão digital.
- Cinturões digitais de redes de fibra óptica.
- Instalação de pontos de presença do Wi-Fi Brasil (GESAC).

WI-FI BRASIL (GESAC)

O Wi-Fi Brasil Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) é uma ação de inclusão digital do Governo Federal, coordenado pelo MCOM, que oferece conexão à internet em banda larga satelital, com o objetivo de promover a inclusão digital e social em todo o território brasileiro e incentivando as ações de governo eletrônico.

O GESAC é direcionado, prioritariamente, para comunidades em estado de vulnerabilidade social, em todo o Brasil, que não têm outro meio de serem inseridas no mundo das tecnologias da informação e comunicação. A iniciativa atende a instituições públicas de ensino, saúde, segurança e unidades de serviço público localizadas em áreas remotas, de fronteira ou de interesse estratégico, entidades da sociedade civil, sem fins lucrativos, por meio das quais seja possível promover ou ampliar o processo de inclusão digital.

A iniciativa contempla três modalidades:

Wi-Fi Brasil GESAC – implantado em parceria com a Telebras, oferece conexão via satélite a instituições de caráter público e comunidades em localidades que não possuam oferta adequada de serviços de telecomunicações;

Wi-Fi Brasil Livre – disponibiliza à população o acesso à conexão do GESAC por meio da implantação de um roteador Wi-Fi de acesso público;

Wi-Fi Brasil Terrestre – destinado à conexão de escolas, é executado em parceria com a RNP, e oferece conexão à internet às escolas da rede pública, por meio da contratação de links de internet de provedores locais e regionais.

No final de 2022, a ação contava com mais de 20 mil pontos atendidos, beneficiando escolas, comunidades quilombolas e indígenas, postos de fronteira, unidades de saúde, pequenas comunidades rurais, entre outras.

PROGRAMA COMPUTADORES PARA INCLUSÃO

Os Centros de Recondicionamento de Computadores (CRC) são espaços adaptados para o recondicionamento de equipamentos eletroeletrônicos destinados à revitalização de pontos de inclusão digital e para a realização de cursos e oficinas, visando à formação profissionalizante de jovens em situação de vulnerabilidade social, no âmbito do Programa Computadores para Inclusão.

O principal insumo para as atividades de recondicionamento de equipamentos de informática é proveniente dos processos de doação pelos órgãos do Poder Executivo Federal, nos termos da [Lei nº 14.479, de 21 de dezembro de 2022](#).

Em 2022, foram doados 2.429 computadores, totalizando 28.847 computadores doados ao longo de todo o programa, e realizada mais de 2.300 formações.

Destaca-se a celebração das sete parcerias no ano de 2022, sendo cinco com recursos discricionários e duas resultantes de Emendas Parlamentares, que são:

Orçamento Discricionário

1. Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Valor: R\$ 1.400.000,00.
2. Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal de Lavras (UFLA). Valor: R\$ 1.525.000,00.
3. Termo de Execução Descentralizada com o Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFM). Valor: R\$ 1.514.038,80.
4. Termo de Convênio com a Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte (Prodabel). Valor: R\$ 1.200.000,00.
5. Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Valor: R\$ 1.600.000,00.

Emendas Parlamentares LOA 2022

1. Termo de Colaboração com o Instituto Nova Ágora de Cidadania (INAC) – Emenda Parlamentar Deputada Benedita da Silva (PT/RJ). Valor: R\$ 200.000,00.
2. Termo de Colaboração com o Instituto Nova Ágora de Cidadania (INAC) – Emenda Parlamentar Deputado Rui Falcão (PT/SP). Valor: R\$ 500.000,00.

Como resultado, esses novos termos permitirão a implantação de mais 2 Centros de Recondicionamentos, localizados nas Regiões Norte e Sudeste, complementando a rede dos Centros de Recondicionamentos de Computadores.

Região Centro-Oeste:

Gama - DF: ONG Programando o Futuro

Formosa - GO: Instituto Brasileiro Amigos da Vida (IBAV);

Dourados - MS: Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS);

Cuiabá - MT: ONG Programando o Futuro.

Região Sudeste:

São Paulo - SP: Instituto Nova Ágora de Cidadania (INAC);

Maricá - RJ: Instituto Nova Ágora de Cidadania (INAC);

Belo Horizonte - MG: Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte (*Prodabel*);

Lavras – MG: Universidade Federal de Lavras (UFLA).

Região Sul:

Porto Alegre - RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);

Porto Alegre - RS: Núcleo Cultural Belém Novo (NCC Belém).

Região Nordeste:

Maracanaú - CE: Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Social (IDEAR);

Petrolina - PE: Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF);

Recife - PE: Instituto de Inovação e Economia Circular (IIEC);

Teresina - PI: Fundação de Proteção ao Meio Ambiente e Ecoturismo do Estado do Piauí (FUPAPI);

Fortaleza - CE: Instituto de Assistência e Proteção Social (IAPS).

Região Norte:

Belém - PA: Instituto Nacional da Criança e do Adolescente (INAC);

Manaus - AM: Instituto Descarte Correto (IDC)

Macapá – Amapá: Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DO 5G

O Ministério das Comunicações e a Agência Nacional de Telecomunicações concretizaram um dos processos de licitação mais relevantes da história nacional: o Leilão do 5G ([Edital de Licitação nº 1/2021-SOR/SPR/CD-ANATEL](#)). Conduzido de maneira transparente e com consistência técnica e jurídica, o certame movimentou um valor econômico de R\$ 47,2 bilhões, dos quais R\$ 42,4 bilhões foram convertidos em compromissos de expansão.

Quanto à disponibilização da tecnologia, o ano de 2022 foi marcado pela chegada da cobertura 5G a todas as capitais brasileiras, atendidas de forma antecipada e em densidade de antenas superior às exigidas pelo Edital 5G, começando por Brasília (DF), em julho/2022, e concluindo com Belém (PA), Macapá (AP), Manaus (AM), Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC), em outubro/2022.

Para a viabilização dessa cobertura, foi necessária a limpeza da faixa de radiofrequências de 3,5 GHz. Para tanto, foi constituída pelas empresas vencedoras do Leilão a Entidade Administradora da Faixa de 3,5 GHz (EAF), em fevereiro de 2022, também com a incumbência de executar outras obrigações do Edital 5G, como a implantação da Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal e a implantação do Programa Amazônia Integrada e Sustentável (PAIS).

As atividades desenvolvidas pela EAF para a limpeza da faixa incluíram a migração da faixa de operação do serviço de TVRO da Banda C para a Banda Ku. Os satélites em Banda Ku para o recebimento dos canais de TV aberta foram definidos em março de 2022, e os serviços de TV foram efetivamente migrados a partir de maio de 2022. Foi realizada, ainda, a limpeza do uso da faixa de 3,5 GHz por sistemas profissionais de satélite, e a distribuição de equipamentos receptores em Banda Ku aos beneficiários elegíveis conforme critérios definidos no art. 4º da [Portaria nº 1.924, de 29 de janeiro de 2021](#).

A distribuição de kits de recepção de TV à população alcançou, em 2022, um total de 8.282 kits instalados nas capitais. Ainda em 2022, foi iniciada a limpeza da faixa nos municípios com população superior a 500 mil habitantes, para a liberação de seu uso já em 1º de janeiro de 2023, tendo sido distribuídos mais 8.856 kits de recepção de TV para esse fim.

Quanto às entregas previstas para 2023, está prevista a cobertura com tecnologia 4G de 931 localidades fora do distrito sede dos municípios, de 157 sedes municipais que ainda não dispõem da tecnologia e de 119 trechos de rodovias federais; além da implantação de *backhaul* em fibra óptica em 202 municípios desatendidos.

REVISÃO DO SEAC

A partir do [Relatório Final](#) foi publicado em 17 de dezembro de 2021 (disponível em <http://gov.br/mcom/gtseac>, o trabalho do Ministério das Comunicações avança para um diálogo com diversos atores para viabilizar as alterações necessárias na legislação e tentativa de formação de um consenso para rápida tramitação da matéria.

Para isso, foi estabelecida no ano de 2022 uma parceria com a Universidade de Brasília (UnB) para a realização de projeto de pesquisa e inovação acadêmica sobre a modernização político-normativa do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), no valor de R\$ 1,8 milhão.

FUNDO DE UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES - FUST

Com o advento da [Lei nº 14.109, de 16 de dezembro de 2020](#), o Fust teve sua finalidade alterada para flexibilizar e ampliar a abrangência na aplicação de seus recursos, que deixaram de ser exclusivamente vinculados à concessão da telefonia fixa para passar a estimularem a expansão, o uso e a melhoria da qualidade de redes e serviços de telecomunicações em geral e criando uma estrutura de governança: o Conselho Gestor do Fust.

Após relevante articulação com o Congresso, foi editada a [Lei nº 14.173, de 15 de junho de 2021](#), que trouxe inovações que permitem que o uso dos recursos do Fust mediante o uso de subvenções econômicas, o que deve permitir a expansão de serviços para localidades ainda não atendidas pelo Mercado por ausência de interesse econômico.

Em março de 2022 foi publicado o [Decreto nº 11.004, de 21 de março de 2022](#), regulamentando a [Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000](#) (Lei do Fust). Após esta regulamentação, foi instituído o seu Conselho Gestor, composto por membros de diversos ministérios, representantes de prestadores de serviços de telecomunicações e da sociedade civil. O Conselho realizou diversas reuniões que culminaram na construção de seu arcabouço normativo, com destaque para: a [Resolução CG-Fust nº 2, de 8 de agosto de 2022](#), que disciplina a aplicação de recursos do Fust; o Caderno de Programas do Fundo e seu respectivo Caderno de Projetos para o ano de 2023.

Tal atuação permitiu a assinatura do Contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), atual Agente Financeiro do Fust, e o repasse de recursos para a referida Instituição, de modo a permitir a expansão das redes de telecomunicações para áreas desassistidas e proporcionar o desenvolvimento econômico e social do País.

Em 2022, foram repassados R\$ 1.168.280.249,00, relativamente à modalidade de apoio reembolsável e R\$ 28.503.000,00, para modalidade de apoio não reembolsável. Para 2023, estão previstos aportes no valor de R\$ 603.191.865,00 para a modalidade reembolsável; R\$ 48.075.865,00 para a modalidade não reembolsável; e R\$ 153.857.077,00 em projetos envolvendo Renúncia Fiscal.

ARBITRAGENS

As concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) ingressaram com pedido de arbitragem junto à Câmara de Comércio Internacional (“CCI”). O cerne do pedido de arbitragem formulado pela está associado a interesses econômicos, que pretende, em resumo:

- A recomposição reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão;
- A adoção de medidas relativas ao restabelecimento da sustentabilidade econômica da concessão;
- A revisão das decisões quanto a eventuais indenizações referentes aos bens reversíveis não amortizáveis; e
- A revisão do entendimento quanto à existência e o valor de saldo, em favor da União, em decorrência de desonerações de obrigações constantes do Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público (PGMU).

Por conseguinte, os recursos financeiros abrangidos são avaliados com a finalidade de atender às demandas das empresas. Outrossim, os processos de arbitragens são de responsabilidade do Núcleo Especializado em Arbitragem da Advocacia-Geral da União (NEA), cabendo à Secretaria de Telecomunicações prestar subsídios técnicos para auxiliar a defesa da União, naquilo que couber.

ATIVIDADES INTERNACIONAIS

A Secretaria atua intensamente, em cooperação com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e com outros órgãos de governo na definição de posições brasileiras a serem levadas a diferentes fóruns internacionais relacionados às telecomunicações e à economia digital, tais como OCDE, G20, BRICS, CEPAL e UIT.

Quanto aos trabalhos da OCDE, além do acompanhamento da participação brasileira no Comitê de Políticas de Economia Digital (CDEP) e em seus grupos de trabalho, a SETEL subsidiou a revisão da adesão brasileira aos diversos instrumentos relativos a políticas digitais da OCDE, em trabalho liderado pela Casa Civil.

O G20, grupo das vinte maiores economias mundiais, reuniu-se em 2022 sob a presidência da Indonésia. Em 2 de agosto realizou-se a Reunião de Ministros da Economia Digital, com a participação do então Ministro Substituto, Maximiliano Martinhão.

O grupo de países BRICS reuniu-se em 2022 sob a presidência da China. Em julho, realizou-se a Reunião de Ministros das Comunicações, na qual o Ministro Substituto, Maximiliano Martinhão, que representou o Brasil, destacou a entrada em operação do 5G no Brasil.

Ainda, o servidor Agostinho Linhares de Souza Filho, Assessor da Secretaria de Telecomunicações, foi eleito para compor a Junta de Regulação de Rádio (Radio Regulations Board - RRB) da União Internacional de Telecomunicações (UIT), durante a Conferência de Plenipotenciários da UIT (PP-22). A Junta é o órgão técnico ligado à Organização das Nações Unidas (ONU) responsável por resolver conflitos entre os países-membros sobre o espectro de radiofrequências e o uso de órbitas.

PROJETOS PRIORITÁRIOS EM INFRAESTRUTURA NO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES

A [Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011](#) reduz o imposto de renda para pessoas físicas e jurídicas incidente sobre os rendimentos auferidos de debêntures emitidas para financiar projetos de investimento na área de infraestrutura, ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação. São as chamadas debêntures incentivadas, cujo objetivo é fomentar o mercado privado de financiamento de longo prazo e, assim, viabilizar a concretização de projetos de investimento considerados prioritários.

A [Portaria MCOM nº 6.197, de 18 de julho de 2022](#), publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 22 de julho de 2022, que estabelece os procedimentos de aprovação e acompanhamento dos projetos de investimento considerados prioritários em infraestrutura no setor de telecomunicações, teve como inovação permitir, além de debêntures, a emissão de certificados de recebíveis imobiliários (CRI) ou de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC). Esta Portaria revogou a anterior, qual seja, a Portaria nº 502, de 1º de setembro de 2020.

No ano de 2022 foram aprovados, por meio de Portarias específicas, 9 (nove) projetos de investimentos considerados como prioritários em infraestrutura no setor de telecomunicações, tornando possível a emissão de R\$ 8.725.000.000,00 em debêntures incentivadas.

APOIO A PROJETOS DE PESQUISA E INOVAÇÃO

No ano de 2022, a [Resolução nº 140, de 8 de junho de 2021](#), que dispõe sobre a Agenda de Modernização Normativa e da Estrutura de Governança do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) para o biênio 2021-2022, continuou produzindo resultados para o alcance de melhores práticas de governança em políticas públicas.

Destacam-se as publicações do Conselho Gestor do Funttel (CGF), [Resolução nº 150, de 4 de abril de 2022](#), que moderniza e aprova novo Regimento Interno para o Conselho; [Resolução nº 151, de 4 de abril de 2022](#), que atualiza e aperfeiçoa as regras de transparência ativa do Funttel; e [Resolução nº 161, de 7 de dezembro de 2022](#), que dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos do Funttel, almejando institucionalizar uma política de gestão de riscos dirigida, apoiada e monitorada pelo CGF.

Além disso, dentre as ações implementadas no referido ano, merece destaque a atualização do site eletrônico do Funttel, com a disponibilização de toda a legislação e das atas de reunião do CGF, promovendo-se transparência sobre atividades do Fundo e facilitando a consulta por agentes interessados.

Em relação ao apoio com recursos reembolsáveis, em 2022 foram repassados cerca de R\$ 277 milhões aos agentes financeiros do Fundo, sendo R\$ 197,5 milhões para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e R\$ 79,5 milhões para a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Esses recursos já estão disponíveis para que os agentes financeiros concedam crédito a empresas, com o objetivo de apoiar projetos de inovação em telecomunicações, ampliar a capacidade produtiva da indústria, incentivar a aquisição de bens e equipamentos desenvolvidos com tecnologia nacional, bem como de adquirir participações em empresas inovadoras com alto potencial de crescimento.

No caso do BNDES, inovou-se ao aprovar ações que flexibilizam aplicação dos recursos da linha de aquisição, comercialização e exportação de equipamentos. Houve alteração do índice mínimo de participação de equipamentos com tecnologia nacional para alavancar novos projetos, bem como a inclusão do apoio a capital de giro associado, limitado a 30% do valor financiado – equiparando-se assim aos demais programas operados com recursos do Funttel, ao prever a necessidade de cobertura de custos para instalação dos equipamentos adquiridos pelas empresas beneficiadas.

A Finep permaneceu operando os recursos do Fundo por meio de 7 programas de financiamento voltados para o desenvolvimento de produtos ou processos inovadores nas áreas de telecomunicações, Internet das Coisas (IoT), Indústria 4.0 e 5G, e 2 linhas de investimento com foco na aquisição de participação acionária em empresas inovadoras do setor e no aporte de recursos em pequenas empresas de base tecnológica (startups).

No que tange aos recursos não reembolsáveis, foram destinados R\$ 18,7 milhões ao Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (Fundação CPQD). Merece destaque a contratação de 2 novos projetos com a Fundação CPQD: Inclusão Digital de Comunidades Remotas – Tecnologias de Monitoração e Gerência de Infraestrutura de Acesso à Internet nas Escolas (InDiEsc), que visa ao desenvolvimento de tecnologias para monitoração e gerência de infraestrutura de acesso à Internet nas escolas situadas em áreas remotas; e Ações Estratégicas para Redes Futuras (AERF), que visa a pesquisas tecnológicas e estudos exploratórios em paradigmas convergentes de redes de comunicações e aplicações avançadas.

PROGRAMA DE GESTÃO

Em 2021, a partir da publicação da [Portaria nº 2.049, de 19 de fevereiro de 2021](#), ficou autorizada a implementação do Programa de Gestão no âmbito do Ministério das Comunicações. A iniciativa contribui para aproveitar ao máximo os recursos disponíveis, a mensuração da produtividade e dos resultados das respectivas unidades e do desempenho do participante em suas entregas, entre outras características.

Nesse sentido, a Secretaria de Telecomunicações publicou a [Portaria nº 5.018, de 21 de março de 2022](#) que altera os anexos I e II da [Portaria nº 4.018, de 5 de novembro de 2021](#), que estabeleceu os procedimentos específicos e divulgou a Tabela de Atividades da Secretaria, permitindo assim, a participação de servidores interessados em aderir ao Programa de Gestão. Até o momento 58 servidores, da Secretaria de Telecomunicações, estão no Programa de Gestão nos regimes de execução em teletrabalho integral e teletrabalho parcial.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O orçamento disponibilizado à SETEL em 2022 foi de R\$ 176,21 milhões, assim distribuído: R\$ 110,51 milhões em ações discricionárias, R\$ 3,52 milhões em Emendas de Bancada, R\$ 10,28 milhões em Emendas Individuais, R\$ 22,54 milhões ao Funttel e R\$ 29,36 milhões ao Fust.

Cumpre salientar o êxito da execução orçamentária das Emendas de Bancada, das Emendas Individuais, ambas em 100%, e dos Fundos (próxima a 100%), conforme apresentado a seguir:

DESPESAS PRIMÁRIAS DISCRICIONÁRIAS							
Unidade	LOA*	Dotação Atualizada	Dotação Bloqueada	Empenhad o	Crédito Disponível	% Execu ção	Pago
Despesas Finalísticas	669,21	551,87	0,06	539,32	12,48	98%	267,23
SETEL	109,72	110,51	0,00	109,25	1,26	99%	71,11
Despesas de Funcionamento	92,85	81,97	-	81,81	0,16	100%	59,01
Funttel	0,03	-	-	-	-	0%	-
Despesas Finalísticas	500,01	591,84	-	591,78	0,06	100%	365,64
Funttel	21,29	22,54	-	22,49	0,05	100%	16,15
FUST	50,90	29,36	-	29,36	-	100%	-
Emendas de bancada	3,52	3,52	-	3,52	-	100%	1,29
Emendas Individuais	11,79	10,28	0,00	10,28	-	100%	2,65

PRÓXIMAS CONQUISTAS

- Lançamento de um Plano Nacional de Inclusão Digital, que será resultado de amplo debate abrangendo organizações públicas, privadas e sociedade.
- Ampliação da cobertura e da qualidade da internet no Brasil, em decorrência das diversas iniciativas apresentadas neste documento, em especial dos compromissos oriundos do leilão 5G.
- Consolidar o Programa Internet Brasil, que permitirá distribuir até 780 mil chips a alunos
- Regulamentação do art. 7º do [Decreto nº 10.480, de 1 de setembro de 2020](#), por meio de ato do Ministro de Estado das Comunicações para definição dos requisitos técnicos mínimos para realização dos serviços e das obras de instalação de infraestrutura de redes de telecomunicações pelo órgão ou pela entidade gestora de obras de infraestrutura de interesse público.
- Revisão do SeAC: conclusão do Termo de Execução Descentralizada com a UnB e apresentação de proposta de nova disciplina para a Lei do Serviço de Acesso Condicionado.
- Decreto de Políticas de Telecomunicações: revisão do [Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018](#), de forma a adequá-lo aos novos desafios do setor de telecomunicações, destacando o papel da inclusão digital e da conectividade significativa da população.